

PORTARIA GM/MMA Nº 1.519, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025

Estabelece a Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade 2025-2030.

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto 12.485, de 3 de junho de 2025, e o que consta do Processo Administrativo nº 02000.004243/2025-17, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos a Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade 2025-2030, conforme Anexo I desta Portaria, nos termos do Decreto nº 12.485, de 3 de junho de 2025.

§ 1º A Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade 2025-2030 são compostos pelos objetivos estratégicos para 2050, pela estratégia para 2030, pelo plano de ação e pelas suas respectivas metas e compromissos para o período de 2025 a 2030, e pelas estratégias de monitoramento, de financiamento e de comunicação.

§ 2º A Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade contêm as medidas a serem executadas pelo Poder Executivo Federal no período de 2025-2030, em alinhamento aos programas, planos e instrumentos planejados e existentes e tendo como referencial estratégico as metas nacionais de biodiversidade recomendadas pela Comissão Nacional de Biodiversidade, por meio da Resolução CONABIO nº 9, de 28 de novembro de 2024.

§ 3º O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima coordenará a implementação da Estratégia e do Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade 2025-2030, de maneira articulada e integrada com os demais Ministérios e órgãos responsáveis pela implementação do plano de ação.

§ 4º A Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade deverão ser avaliados e revisados em 2030, conforme o art. 3º, § 3º, do Decreto nº 12.485, de 3 de junho de 2025.

Art. 2º A implementação da Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade 2025-2030 será acompanhada pela Comissão Nacional de Biodiversidade, nos termos do disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003.

Art. 3º As estratégias de monitoramento, de financiamento e de comunicação serão publicadas no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima no prazo máximo de cento e cinquenta dias, contado da data de publicação desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA

ANEXO I

1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA 2050

1.1 Objetivo Estratégico A: Proteger e Restaurar

1.1.1 A integridade, conectividade e resiliência de todos os ecossistemas continentais, terrestres e aquáticos, e marinhos são mantidas, aprimoradas ou restauradas, aumentando substancialmente a área de ecossistemas naturais até 2050;

1.1.2 A extinção induzida por humanos de espécies ameaçadas conhecidas é interrompida e, até 2050, a taxa e o risco de extinção de todas as espécies são reduzidos em dez vezes e a abundância de espécies silvestres é aumentada para níveis saudáveis e resilientes; e

1.1.3 A diversidade genética dentro das populações de espécies silvestres e domesticadas é mantida, salvaguardando seu potencial adaptativo.

1.2 Objetivo Estratégico B: Prosperar com a Natureza



1.2.1 A biodiversidade é utilizada e gerida de forma sustentável e as contribuições da natureza para as pessoas, incluindo funções e serviços ecossistêmicos, são valorizadas, mantidas e aprimoradas; e

1.2.2 As funções e serviços ecossistêmicos atualmente em declínio são restaurados, apoiando um desenvolvimento sustentável para o benefício das gerações presentes e futuras até 2050.

1.3 Objetivo Estratégico C: Repartir Benefícios de Forma Justa

1.3.1 Os benefícios monetários e não monetários da utilização do patrimônio genético e das informações digitais de sequências genéticas, bem como do conhecimento tradicional associado são compartilhados de forma justa e equitativa, incluindo povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses, e são substancialmente aumentados até 2050, ao mesmo tempo em que é garantida a proteção ao conhecimento tradicional, contribuindo assim para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, de acordo com os instrumentos nacionais e internacionais de acesso e repartição de benefícios.

1.4 Objetivo Estratégico D: Investir e Colaborar

1.4.1 Meios adequados de implementação, incluindo recursos financeiros, capacitação, cooperação técnica e científica e acesso e transferência de tecnologia para implementar a Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade são assegurados, completando progressivamente a lacuna de financiamento da biodiversidade no país e alinhando os fluxos financeiros nacionais com a Estratégia Nacional para a Biodiversidade e com a Visão 2050.

2 ESTRATÉGIA PARA 2030: METAS NACIONAIS DE BIODIVERSIDADE PARA 2030

Meta 1A - Promover o planejamento espacial para reduzir a perda de biodiversidade

Assegurar que toda a extensão do território nacional (continental, costeira e oceânica) esteja sob um processo de planejamento espacial e gestão territorial participativo, integrado e com base ecossistêmica, abordando a mudança do clima e o uso da terra, das águas continentais e dos oceanos, propiciando o uso e ocupação do território em bases sustentáveis, de maneira que o território seja saudável, biodiverso, resiliente, seguro e produtivo, considerando as vulnerabilidades e potencialidades existentes, a fim de que a perda de áreas importantes para a biodiversidade, a sociobiodiversidade, e dos serviços ecossistêmicos seja próxima de zero até 2030, considerando as Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira e a necessidade de consulta livre, prévia e informada, de acordo com a Convenção nº 169 da OIT, bem como o reconhecimento, demarcação e desintrusão de territórios a povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, de acordo com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, com o Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, e o Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, e a agricultores familiares e camponeses e beneficiários da reforma agrária, de acordo com a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

Meta 1B - Zerar o desmatamento e a conversão da vegetação nativa para reduzir a perda da biodiversidade

Zerar o desmatamento e a conversão de vegetação nativa, por meio da eliminação do desmatamento e da conversão da vegetação nativa ilegais e da compensação da supressão legal da vegetação nativa, prevenir e combater incêndios, combater a desertificação, atingir a neutralidade da degradação de terras até 2030, mediante o fortalecimento da implementação da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, a implementação dos Planos de Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimadas, o estabelecimento de instrumentos econômicos de valorização da bioeconomia e da vegetação nativa conservada, incluindo pagamento por serviços ambientais, previsto na Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021 e sua regulamentação), e outros incentivos econômicos para a conservação, recuperação e uso sustentável da vegetação nativa, assim como outras políticas públicas de uso sustentável incidentes nos biomas brasileiros e no sistema costeiro-marinho.

Meta 2 - Restaurar os ecossistemas

Assegurar, até 2030, que pelo menos 30% (trinta por cento) das áreas degradadas ou alteradas de cada bioma e do sistema costeiro-marinho, com atenção aos maretórios, contemplando a representatividade dos ecossistemas terrestres, aquáticos e da zona costeira e marinha, estejam em processo de restauração efetiva, com vistas a garantir a integridade ecológica; a recuperação e incremento da biodiversidade nativa, das funções e dos serviços ecossistêmicos; a ampliação da conectividade da paisagem e o combate à desertificação, priorizando a restauração de áreas que fornecem serviços ecossistêmicos críticos e salvaguardando os costumes, tradições, crenças e línguas dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e camponeses.



Meta 3 - Conservar e manejar os ecossistemas

Conservar e manejar efetivamente, até 2030, pelo menos 80% (oitenta por cento) do bioma Amazônico e 30% (trinta por cento) de cada bioma, incluindo suas águas continentais, e 30% (trinta por cento) do sistema costeiro-marinho, com atenção aos maretórios, especialmente nas Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, nas áreas de importância para a sociobiodiversidade e nas áreas importantes para a manutenção das funções e serviços ecossistêmicos, por meio da ampliação, incluindo demarcação e regularização territorial, gestão e monitoramento de um sistema de áreas protegidas ecologicamente representativo, bem conectado, equitativamente governado e integrado a paisagens terrestres e marinhas mais amplas e ao oceano, que abrange o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, as terras indígenas, os territórios quilombolas, os territórios de povos e comunidades tradicionais, as áreas de preservação permanente, reservas legais e porções dos Assentamentos Ambientalmente Diferenciados com vegetação nativa, bem como outras medidas efetivas de conservação baseadas em área, reconhecendo soluções baseadas na natureza para a conservação e manejo dos ecossistemas.

Meta 4 - Deter as extinções de espécies e a perda de variabilidade genética

Deter, até 2030, extinções induzidas pela ação humana, recuperar, conservar e preservar espécies silvestres[1], em particular espécies ameaçadas de extinção e endêmicas, minimizando conflitos das interações negativas entre humanos e vida silvestre e permitindo a coexistência, bem como deter a perda e promover o incremento da diversidade genética dentro e entre populações de espécies silvestres e domesticadas, incluindo variedades e raças crioulas e parentes silvestres, para manter e ampliar seu potencial adaptativo e diversidade funcional, utilizando estratégias de conservação in situ, on farm e ex situ e de uso sustentável, assegurando a participação e respeitando as práticas e os modos de vida tradicionais dos povos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais e quilombolas e dos agricultores familiares e camponeses.

[1]: Espécies silvestres referem-se exclusivamente a populações de espécies nativas da fauna, flora e de microrganismos, que ocorrem em ambientes terrestres florestais, campestres ou mistos e em ambientes aquáticos, continentais ou marinhos, excetuando-se populações domesticadas.

Meta 5 - Promover o uso e o comércio sustentável

Assegurar que o uso, a coleta e o comércio das espécies silvestres seja sustentável, seguro e legal e fortalecer as políticas nacionais para o combate, até 2030, aos ilícitos contra a fauna e flora e à biopirataria, bem como e elaborar e implementar políticas públicas que promovam a proteção, defesa e direitos animais, a redução dos riscos zoossanitários e fitossanitários, ambientais e climáticos, aplicando a abordagem de "Uma Só Saúde" e a abordagem ecossistêmica, vedadas as práticas que submetam os animais à crueldade, respeitando os animais como sujeitos de direitos e a dignidade animal e respeitando e protegendo o uso sustentável consuetudinário por povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e dos agricultores familiares e camponeses, conforme seus costumes, cosmovisão, cultura e modos de vida.

Meta 6 - Reduzir a introdução e os impactos das espécies exóticas invasoras

Reduzir, até 2030, em pelo menos 50% (cinquenta por cento), as taxas de introdução e o estabelecimento de Espécies Exóticas Invasoras - EEI conhecidas ou potenciais, e erradicar ou controlar EEI, eliminando, minimizando, reduzindo ou mitigando as vias de introdução e seus impactos sobre a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, especialmente em áreas sensíveis ou prioritárias, como ilhas, territórios tradicionais e ancestrais, comunidades isoladas e áreas protegidas, mediante a implementação e monitoramento da Estratégia e do Plano de Ação Nacional para Espécies Exóticas Invasoras e da Lista de Pragas Quarentenárias Presentes e Ausentes.

Meta 7 - Reduzir a poluição e seus impactos sobre a biodiversidade

Reduzir, até 2030, todas as fontes de poluição, bem como seus riscos e os impactos negativos, para níveis que não sejam prejudiciais à biodiversidade, à sociobiodiversidade e às funções e serviços ecossistêmicos, considerando seus efeitos cumulativos, com a redução da metade da perda de nutrientes para o meio ambiente, incluindo métodos mais eficientes de ciclagem e uso de nutrientes; redução da metade do risco geral proveniente do uso de agrotóxicos, usados em desacordo com boas práticas agrícolas, inclusive por meio do manejo integrado de pragas e do uso de bioinsumos; redução da metade do risco proveniente de substâncias químicas altamente perigosas como o mercúrio; redução de emissões de poluentes industriais, de transportes e de contaminantes ambientais relevantes e com a redução, trabalhando para a eliminação, da poluição por plásticos, inclusive no ambiente marinho.



Meta 8 - Minimizar o impacto da mudança do clima sobre a biodiversidade

Minimizar o impacto da mudança do clima e da acidificação dos oceanos sobre a biodiversidade e a sociobiodiversidade e aumentar a sua resiliência, incluindo o uso de abordagem ecossistêmica ou soluções baseadas na natureza, levando em consideração estratégias de adaptação e mitigação que contribuam para a adaptação da biodiversidade, da sociobiodiversidade e do combate à desertificação, com atenção aos eventos e situações de emergência climática, priorizando o estabelecimento e a implementação de uma Rede Nacional de Conectividade que cubra pelo menos 30% (trinta por cento) do território nacional, continental terrestre e aquático e do sistema costeiro-marinho, abrangendo ações de conservação, restauração e recuperação da biodiversidade, prioritariamente do sistema de áreas protegidas, corredores ecológicos e mosaicos de áreas protegidas, bem como a demarcação de territórios tradicionais e a identificação e proteção de refúgios climáticos e demais áreas importantes para a adaptação da biodiversidade à mudança do clima (com destaque para ecossistemas que contribuem para a mitigação e adaptação frente à mudança do clima), promovendo a transição para uma economia de baixo carbono inclusiva, seguindo os princípios da justiça climática, combatendo o racismo ambiental, e ampliando e fortalecendo a participação das comunidades locais de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses, inclusive por meio da consulta livre, prévia e informada, e em acordo com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, o Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, e a Convenção nº 169 da OIT.

Meta 9 - Promover o uso sustentável da biodiversidade e a bioeconomia

Assegurar, até 2030, que o manejo e o uso da biodiversidade sejam sustentáveis, evitando a sobre-exploração e garantindo, no longo prazo, a manutenção das populações locais e das espécies, com pesquisa, inovação, fortalecimento do manejo comunitário ou tradicional e a agregação de valor em cada região, que proporcionem benefícios sociais, econômicos e ambientais para as pessoas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade e as que mais dependem da biodiversidade, por meio da elaboração, até 2025, e implementação e monitoramento, até 2030, do primeiro ciclo do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, no âmbito da Estratégia Nacional de Bioeconomia, e de outros instrumentos e iniciativas relacionadas, incluindo o pagamento por serviços ambientais; a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca; a Farmacopeia Popular do Brasil, bem como priorizando a economia solidária, valorizando e fortalecendo a sociobiodiversidade, o conhecimento tradicional associado e o uso consuetudinário, baseados na cosmovisão, línguas, culturas e modos de vida dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses e beneficiários da reforma agrária.

Meta 10A - Promover atividades produtivas sustentáveis

Assegurar, até 2030, que as áreas de agricultura, pecuária, aquicultura e silvicultura sejam manejadas de maneira sustentável e integradas à paisagem, considerando a intensificação sustentável, sistemas agroflorestais, sistemas agroecológicos, a agricultura regenerativa, entre outros, conforme compromissos assumidos pelo país para a sustentabilidade da agricultura, da aquicultura e dos sistemas alimentares na Declaração Ministerial do GT do G20 de 2024, realizada em Mato Grosso, contribuindo para a resiliência e eficiência de longo prazo, a melhoria da produtividade destes sistemas de produção, a segurança alimentar e nutricional, a segurança energética e o equilíbrio ambiental e climático, evitando a conversão de ecossistemas naturais para novas áreas de produção, conservando, restaurando e manejando a biodiversidade e mantendo as contribuições da natureza para as pessoas e o cumprimento da função social da propriedade rural prevista na Constituição.

Meta 10B - Promover a sustentabilidade na pesca extrativa e na extração de bioinsumos aquáticos

Assegurar, até 2030, que toda a atividade pesqueira extrativa, continental, costeira e marinha, bem como a atividade extrativa de bioinsumos aquáticos, sejam manejadas de forma sustentável e, quando aplicável, a partir da abordagem ecossistêmica, considerando os impactos da mudança do clima e as condições ambientais para a manutenção do ciclo de vida dos organismos alvo das atividades extrativas, conforme compromissos assumidos pelo país para a sustentabilidade da pesca e dos sistemas alimentares na Declaração Ministerial do GT do G20 de 2024, realizada em Mato Grosso, visando à recuperação e manutenção dos estoques pesqueiros, no mínimo, em níveis sustentáveis de exploração e promovendo a proteção dos recursos aquáticos vivos e seus ecossistemas, com base nas melhores informações disponíveis, tanto científicas quanto provenientes do conhecimento tradicional, e visando à melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais ligadas às atividades pesqueiras, compatibilizando a preservação ambiental e a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento



social e econômico das atividades de pesca, por meio de abordagens que contribuam com a eficiência, resiliência, produtividade de longo prazo, segurança alimentar e nutricional, conservação e recuperação da biodiversidade e das funções e serviços ecossistêmicos, que mitiguem os impactos da aquicultura e da pesca industrial sobre a pesca artesanal, e que assegurem os direitos e respeitem os valores culturais e tradicionais dos pescadores artesanais.

Meta 11 - Proteger e recuperar os serviços ecossistêmicos

Restaurar e manter, até 2030, os serviços ecossistêmicos de provisão, de suporte, de regulação e culturais; mapear, valorar e monitorar, até 2030, a oferta, demanda, provisão e déficits por bioma e sistema costeiro-marinho de serviços ecossistêmicos prioritários, tais como a regulação do ar, da água e do clima, a saúde dos solos, a polinização, o controle biológico de pragas, a redução do risco de surtos de pragas e doenças e a proteção contra riscos e desastres naturais; instituir, até 2026, uma política nacional de proteção dos polinizadores e regulamentar, até 2025, a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119, 13 de janeiro de 2021) para ampliar e potencializar as contribuições e benefícios da natureza para as pessoas, favorecendo em particular aquelas em situação de vulnerabilidade social e povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e camponeses.

Meta 12 - Ampliar e fortalecer os espaços verdes e azuis urbanos

Ampliar, até 2030, a área, a qualidade, a conectividade, o acesso e os benefícios de espaços verdes e azuis nas cidades, com uso de espécies nativas, priorizando municípios de regiões metropolitanas e aqueles mais vulneráveis aos impactos da mudança do clima, e especialmente incentivando intervenções nas áreas densamente povoadas, periferias e bairros com déficit de áreas verdes e de arborização urbana, por meio da implementação e monitoramento do Programa Cidades Verdes Resilientes e da difusão, aprimoramento e ampliação do Cadastro Ambiental Urbano; e garantir, até 2030, meios para que os espaços verdes e azuis sejam integrados a planejamentos urbanos inclusivos e participativos, potencializando a biodiversidade, os serviços ecossistêmicos, o bem-estar e o bem-viver em áreas urbanas e periurbanas, reduzindo a vulnerabilidade aos impactos da mudança do clima, respeitando territórios e conhecimentos tradicionais.

Meta 13 - Promover o acesso e a repartição de benefícios

Implementar, monitorar e operacionalizar, até 2030, a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, por meio da adoção, implementação e aperfeiçoamento de medidas jurídicas, políticas, normativas, administrativas, sistêmicas e de formação eficazes, em todos os níveis, para assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e de informações digitais de sequências genéticas, facilitando o acesso ao patrimônio genético e assegurando o acesso adequado ao conhecimento tradicional associado, mediante consentimento livre, prévio e informado da população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional e aumentar, até 2030, progressiva e significativamente, em pelo menos 30% (trinta por cento), os benefícios repartidos decorrentes de exploração econômica de produto acabado e material reprodutivo, inclusive com as informações digitais de sequências genéticas, com rastreabilidade e divulgação de dados agregados de acesso e repartição de benefícios praticados.

Meta 14 - Integrar os valores da biodiversidade nas políticas públicas e nas contas nacionais

Assegurar, até 2030, a plena integração da biodiversidade e da sociobiodiversidade e seus múltiplos valores, incluindo valores ambientais, econômicos, sociais e culturais, em políticas, programas, planos e projetos de desenvolvimento e em estratégias de erradicação da pobreza e da fome, e conforme apropriado por meio de contas econômicas ambientais, em todos os setores, avaliações ambientais estratégicas, avaliações de impacto ambiental, análises de risco climático, programas de pagamento por serviços ambientais, estratégias de mitigação e adaptação à mudança do clima, para que a gestão do uso dos recursos biológicos e dos serviços ecossistêmicos seja assegurada na tomada de decisão dentro e entre todos os níveis de governo e entre todos os setores econômicos, em particular aqueles com impactos significativos à biodiversidade e à sociobiodiversidade, alinhando progressivamente todas as atividades públicas e privadas relevantes e os fluxos fiscais e financeiros com os objetivos e metas da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade - EPANB, considerando os direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses.

Meta 15 - Promover atividades empresariais sustentáveis

Adotar, até 2030, políticas públicas e medidas legais e administrativas claras, objetivas e adaptadas à realidade brasileira para regulamentar, incentivar e viabilizar que as empresas, em particular as de grande porte e transnacionais, e as instituições financeiras:



a) avaliem, divulguem e monitorem de forma periódica, com transparência, seus riscos, dependências, impactos sobre a diversidade biológica e oportunidades associadas ao longo de suas operações, cadeias de valor e carteiras de projetos;

b) forneçam as informações necessárias aos consumidores, a fim de promover padrões de consumo sustentáveis; e

c) reportem sobre o cumprimento de regulamentações sobre o acesso e repartição de benefícios, quando aplicáveis;

Tendo por objetivo reduzir gradualmente os impactos negativos e aumentar os impactos positivos sobre a biodiversidade e a sociobiodiversidade; promover a bioeconomia; assegurar que as empresas, em particular as de grande porte e transnacionais, e as instituições financeiras fomentem e desenvolvam ações que garantam padrões de produção sustentáveis para a implementação das metas nacionais de biodiversidade, de forma a contribuir para a transformação ecológica da economia, conforme previsto no pacto dos três poderes, e, quando pertinente, considerando a consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e seus protocolos relevantes.

Meta 16 - Incentivar o consumo sustentável e reduzir a geração de resíduos

Sensibilizar, incentivar e capacitar, até 2030, as pessoas e as empresas a escolher a produção e o consumo sustentáveis, a fim de reduzir o desperdício de alimentos, o consumo excessivo e a geração de resíduos, de maneira equitativa e inclusiva, prioritariamente dos setores com maior impacto sobre a biodiversidade, para que todas as pessoas vivam bem em harmonia com a natureza.

Meta 17 - Promover medidas de biossegurança

Fortalecer, até 2030, a capacidade de implementação de medidas de biossegurança no desenvolvimento e uso das biotecnologias, no âmbito da Política Nacional de Biossegurança, conforme o artigo 8(g) da Convenção sobre Diversidade Biológica, e medidas para a manipulação da biotecnologia, incluindo e reconhecendo a importância do conhecimento tradicional e ancestral para a biotecnologia, bem como a distribuição de seus benefícios conforme o artigo 19 da Convenção, mediante o alinhamento com a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, considerando o novo Marco Global Kunming-Montreal da Diversidade Biológica, mantendo o fomento público a pesquisas científicas sobre impactos das biotecnologias e capacitação sobre melhores práticas em biossegurança, promovendo a manutenção da integridade genética da biodiversidade, incluindo a de parentes silvestres, e integridade física das sementes de variedades crioulas e raças crioulas.

Meta 18 - Eliminar subsídios prejudiciais e aumentar incentivos positivos para a biodiversidade

Identificar e hierarquizar, até 2026, e revisar, reduzir ou eliminar, até 2030, de forma justa e efetiva, subsídios e incentivos econômicos e fiscais diretamente prejudiciais à biodiversidade, começando pelos incentivos mais prejudiciais proporcionalmente ao Produto Interno Bruto nacional, contribuindo para o alcance da meta global de pelo menos US\$ 500 (quinhentos) bilhões por ano até 2030, e aumentar proporcionalmente incentivos positivos para a conservação, recuperação e uso sustentável da biodiversidade e da sociobiodiversidade, nos diferentes ecossistemas e na área urbana e periurbana, com a participação ativa de organizações da sociedade civil e de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses.

Meta 19 - Aumentar o financiamento para a implementação da EPANB

Elaborar e iniciar, até 2026, a implementação e monitoramento de estratégia nacional de financiamento da EPANB, com reflexo no apoio às Estratégias e Planos de Ação Estaduais para a Biodiversidade - EPAEBs e às Estratégias e Planos de Ação Locais para a Biodiversidade - EPALBs elaboradas, para aumentar substancialmente e proporcionalmente ao Produto Interno Bruto nacional, contribuindo para o alcance da meta global de pelo menos US\$ 200 (duzentos) bilhões por ano até 2030, o volume de recursos financeiros, de fontes nacionais e internacionais, públicas e privadas, para a implementação da EPANB, particularmente mediante a mobilização de orçamento federal, complementados com orçamento estadual e municipal, a captação de recursos externos, a criação de incentivos públicos e privados para a biodiversidade e para a sociobiodiversidade, e o fomento a ações coletivas de acesso a recursos de forma direta dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses às fontes de financiamento, com resguardo às salvaguardas socioambientais e ao protagonismo dos povos.

Meta 20 - Promover a capacitação e a cooperação para a biodiversidade



Fortalecer, até 2030, a formação, a capacitação, o desenvolvimento, o acesso, o intercâmbio e a transferência de tecnologia e promover o desenvolvimento e acesso à inovação e à cooperação técnico-científica nacional e internacional relacionadas à biodiversidade, mediante a identificação, fomento, implementação e monitoramento de programas, projetos e atividades de cooperação científica, técnica e de promoção dos conhecimentos e dos saberes tradicionais e ancestrais e de metodologias e estratégias apropriadas de conservação, manejo e uso sustentável da sociobiodiversidade.

Meta 21 - Promover o acesso a dados, informações e conhecimento

Assegurar, até 2030, a produção, qualificação, acessibilidade, interoperabilidade e capacidade de reuso de dados, informações e conhecimentos sobre a biodiversidade brasileira, considerando diferentes escalas territoriais e fontes de dados, inclusive os repositórios de dados brutos, de forma a orientar políticas públicas, promover a governança eficaz e equitativa e a gestão integrada e participativa de dados da biodiversidade e da sociobiodiversidade, e fortalecer a comunicação, conscientização, educação, monitoramento, pesquisa e gestão do conhecimento, garantindo seu benefício coletivo e a participação dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses na sua governança, conforme a legislação nacional e obrigações internacionais relevantes; assegurar que os conhecimentos tradicionais, inovações, práticas e tecnologias dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses somente sejam acessados com o consentimento livre, prévio e informado e com a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes.

Meta 22 - Assegurar para todos a participação na tomada de decisão e o acesso à justiça

Implementar e monitorar, até 2030, políticas públicas para assegurar aos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses, considerando a consulta livre, prévia e informada, quando pertinente, e respeitando os seus direitos territoriais, assim como a mulheres e meninas, anciãos, crianças e jovens, pessoas com deficiência, com perspectiva de raça e etnia, e intergeracional:

(i) a representação, o protagonismo e a participação plena, equitativa, inclusiva, efetiva nos espaços de negociação, na tomada de decisão e em instâncias de governança setoriais nas decisões relacionadas à biodiversidade; e

(ii) o acesso à justiça, à formação e a informações relacionadas à biodiversidade;

Bem como assegurar, até 2025, a proteção integral dos defensores dos direitos humanos e ambientais, mediante a criação e implementação de medidas que tornem efetiva esta proteção.

Meta 23 - Assegurar a equidade de gênero na implementação da EPANB

Assegurar e promover, até 2030:

(i) a equidade de gênero na implementação da EPANB, por meio de uma abordagem intergeracional, interseccional e sensível ao gênero, para que todas as mulheres e meninas e a população LGBTQIAPN+ tenham as mesmas oportunidades e capacidades para contribuir com os três objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, incluindo o reconhecimento de sua igualdade de direitos e acesso à terra, territórios, maretórios, bens e recursos naturais e culturais e aos recursos financeiros;

(ii) a participação e liderança plenas, equitativas, significativas, informadas e qualificadas em todos os níveis de ação, engajamento, política e de tomadas de decisões relacionados à biodiversidade e à sociobiodiversidade; e

(iii) a equidade salarial nas cadeias da bioeconomia.

3 PLANO DE AÇÃO 2025-2030

3.1 Metas e Compromissos Federais alinhados às Metas Nacionais de Biodiversidade

META/COMPROMISSO FEDERAL	METAS NACIONAIS RELACIONADAS		INSTRUMENTOS ALINHADOS	RESPONSÁVEIS
	Diretas	Indiretas		



Até 2030, eliminar o desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros.	1B	8, 4	Programa de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Brasil - PPCDs; Plano Setorial de Conservação da Natureza - Plano Clima	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas
Até 2030, restaurar ou estar em processo de restauração doze milhões de hectares de vegetação nativa, considerando iniciativas de recuperação da vegetação nativa em áreas públicas e privadas e em todos os biomas.	2	4, 8	Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - Planaveg; Plano Clima-Adaptação: Setorial Biodiversidade; Plano Clima-Mitigação	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Até 2035, recuperar cinquenta mil hectares de ecossistemas costeiros e marinhos.	2	4, 8, 10B	Plano Clima-Adaptação: Setorial Oceano e Zona Costeira	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Até 2027, criar três milhões de hectares de Unidades de Conservação na Amazônia; duzentos mil hectares na Caatinga; quinhentos mil hectares no Cerrado; duzentos mil hectares no Pantanal; bem como propor a criação de	3, 22	1A, 1B, 4, 11	PPCDs	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
duzentos mil hectares de Unidades de Conservação - UCs na Mata Atlântica e duzentos mil hectares no Pampa.				
Até 2030, atingir 30% (trinta por cento) de extensão de Áreas Marinhas Protegidas na Zona Econômica Exclusiva - ZEE.	3	1A, 11	Plano Clima-Adaptação: Setorial Oceano	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Até 2030, estabelecer áreas de exclusão de pesca em 60% (sessenta por cento) das UCs Uso Sustentável Costeiras e Marinhas Federais.	10B	1A, 4	Plano Clima-Adaptação: Setorial Oceano	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Até 2035, reduzir o risco de extinção das espécies avaliadas quanto ao estado de conservação	4	5, 6	Plano Clima-Adaptação: Setorial Biodiversidade	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Até 2035, implementar o Programa Nacional de Alerta, Detecção Precoce e Resposta Rápida para Espécies Exóticas Invasoras - PNADPRR em UCs federais.	6	4	Plano Clima-Adaptação: Setorial Biodiversidade	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Até 2033, promover o acesso à coleta e tratamento de esgoto a 90% (noventa por cento) da população brasileira.	7	12, 16	Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Ministério das Cidades

Até 2033, encerrar todos os lixões no País e até 2042, aumentar a recuperação de resíduos para cerca de 50% (cinquenta por cento), por meio da reciclagem, compostagem, biodigestão e recuperação energética.	7	12, 16	Plano Nacional de Resíduos Sólidos -Planares	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Ministério das Cidades
Até 2030, apoiar o monitoramento de até três territórios indígenas quanto a substâncias químicas de interesse em função do garimpo ilegal de ouro com uso de mercúrio.	7	22	Convenção de Minamata sobre Mercúrio	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério de Minas e Energia, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Polícia Federal



Até 2035, ampliar o acesso de vinte mil agricultores familiares a linhas de crédito do Pronaf Verde destinadas a sistemas produtivos sustentáveis, energias renováveis e manejo da sociobiodiversidade.	10A, 18	9, 14	Plano Clima- Adaptação: Setorial Agricultura Familiar	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Companhia Nacional de Abastecimento
Até 2030, ampliar a adoção de sistemas de produção sustentáveis com base no Plano ABC+ em 72,68 milhões de hectares (setenta e dois milhões e sessenta e oito mil hectares).	10-A		Plano de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC+; Estratégia Nacional de Adaptação do Plano Clima	Ministério da Agricultura e Pecuária
Até 2027, ampliar o índice de regularização fundiária de Terras Indígenas para 72% (setenta e dois por cento).	22	3	Plano Plurianual - PPA 2024-2027; Plano Clima - Adaptação: Setorial Povos Indígenas	Ministério dos Povos Indígenas
Até 2035, conectar 30% (trinta por cento) do território nacional por meio de corredores ecológicos entre áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação baseadas em área.	3	2, 4, 8	Estratégia Nacional de Adaptação do Plano Clima;	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Até 2035, ampliar em cento e oitenta mil hectares a cobertura vegetal em áreas urbanas, priorizando os municípios sob maior risco climático.	12	3, 11	Estratégia Nacional de Adaptação do Plano Clima	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Até 2033, aumentar em 30% (trinta por cento) o uso tecnológico e sustentável da biodiversidade na indústria.	9, 15	13, 14	Nova Indústria Brasil, Missão 5	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

3.2 Ações, responsáveis e período de execução (Curto - 2026; Médio - 2030; Longo - 2050)

Meta	Nº	Ação	Produto	Tipo de ação	Responsáveis	Apoiadores	Início Ação	Fim Ação	Sinergia com as metas
1A	1.1	Identificar, demarcar e incorporar as terras devolutas ao patrimônio público	Glebas públicas arrecadadas	Gestão Territorial	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Estados, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Curto	Longo	2, 3, 121
1A	1.2	Realizar a destinação - para proteção e conservação dos ecossistemas	Florestas públicas destinadas	Gestão Territorial	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Gestão e	Curto	Longo	2, 3, 1
		e reconhecimento de direitos territoriais - das florestas públicas				da Inovação em Serviços Públicos, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima			
1A	1.3	Elaborar, revisar e implementar os instrumentos de planejamento e gestão territorial, em seus	Diretrizes de uso e ocupação do território em bases sustentáveis elaboradas	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Estados, municípios, Ministério das Cidades, Ministério da Integração e do	Curto	Longo	2, 3, 78, 10, 12, 14, 22
		diferentes recortes e escalas e integrados às estratégias nacionais, estabelecendo				Desenvolvimento Regional, Ministério do Desenvolvimento			

		diretrizes de uso e ocupação que considerem as abordagens ecossistêmica e de Uma Só Saúde				Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Saúde			
--	--	---	--	--	--	---	--	--	--

1ª	1.4	Apoiar a elaboração, revisão e implementação do Zoneamento Ecológico-	ZEE concluído em todos os estados	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Estados, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Curto	Longo	2, 3, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 21, 22
		Econômico (continental e costeiro), com participação efetiva de PIPCTAFs e governos estaduais.							
1A	1.5	Elaborar e pactuar o Planejamento Espacial Marinho - PEM, com base ecossistêmica	PEM desenvolvido para todo o sistema costeiro-marinho Brasileiro	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Banco Nacional de Desenvolvimento, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade	Curto	Médio	2, 3, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 21, 22
1A	1.6	Atualizar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC incorporando a lente climática	PNGC III atualizado	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Grupo de Integração de Gerenciamento Costeiro - GI-GERCO/CIRM	Curto	Curto	2, 3, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 21, 22



1ª	1.7	Mapear os territórios tradicionais ainda não reconhecidos e demarcados por meio da	Territórios mapeados	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, Polícia Federal,	Curto
		Plataforma de como a iniciativa Tô No Mapa, e iniciativas locais de automapeamento					
		Territórios Tradicionais do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais				Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Desenvolvimento	
		e da Polícia Federal, e integrado com outras plataformas,				Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	

1A	1.8	Propor novos instrumentos de reconhecimento de direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais	Modalidades de reconhecimento e gestão de territórios tradicionais regulamentadas	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento Agrário e	Estados	Curto
		e de gestão de seus territórios			Agricultura Familiar, Ministério dos Povos Indígenas,		
					Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		

1ª	1.9	Realizar a 3ª Atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação,	Áreas e ações prioritárias para a biodiversidade atualizadas	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade,	Curto	Médio	3, 4, 9, 13
		Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira				Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro			
1A	1.10	Realizar o mapeamento das regiões naturais do Brasil	Mapas e critérios de classificação de regiões naturais, terrestres, aquáticos e subterrâneos,	Produção de conhecimento/monitoramento	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Universidades	Curto	Médio	3, 1
			incluindo ecossistemas pouco representativos (ex: turfeiras), acessível pelo público e tomadores de decisão.						

1ª	1.11	Promover a inserção de instrumentos de biodiversidade, como as áreas prioritárias para a	Instrumentos de biodiversidade contemplados nos Planos de Recursos Hídricos	Gestão Territorial	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Agência Nacional de Águas e	Curto	Longo	2, 3, 4, 11, 20
		conservação da biodiversidade e os Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies				Saneamento Básico, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Conselho Nacional de			
		Ameaçadas de Extinção - PAN, nos Planos de Recursos Hídricos nacionais, estaduais e de				Recursos Hídricos, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, estados, Comitês			

		Bacias Hidrográficas e Enquadramento dos Corpos d'Água				de Bacias Hidrográficas e Entidades Delegatárias			
1A	1.12	Elaborar e implementar o Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAB	PAB elaborado e implementado	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	UFRPE, Fundação Joaquim Nabuco, Instituto Nacional do Semiárido/Ministério	Curto	Longo	2, 3, 8, 11
						da Ciência, Tecnologia e Inovações,			
						UFCG, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico			

1A	1.13	Fomentar e incentivar pesquisas que contribuam com o levantamento e a espacialização de atividades antrópicas impactantes, sejam elas existentes ou potenciais	Sistematização dos monitoramentos da biodiversidade no âmbito do licenciamento ambiental federal	Produção de conhecimento/monitoramento		Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Curto	M
1A	1.14	Realizar estudos sobre definição de vazões ambientais e de manutenção da	Estudos previstos no Plano de Ações de Planos de Recursos Hídricos	Gestão Territorial		Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, Ministério do Meio Ambiente e	Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Conselho Estadual de Recursos Hídricos,	Curto	L
		conectividade longitudinal de rios, com vistas à proteção da biodiversidade				Mudança do Clima, Ministério da Integração e do	estados, Comitês de Bacias Hidrográficas e Entidades Delegatárias		
						Desenvolvimento Regional			
1B	1.15	Elaborar e monitorar a implementação da 5ª fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do bioma Amazônia - PPCDam	Plano publicado e monitorado anualmente	Implementação de programas/ políticas existentes		Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministérios que integram a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento	Curto	M
1B	1.16	Elaborar e monitorar a implementação da 4ª fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do bioma Cerrado - PPCerrado	Plano publicado e monitorado anualmente	Implementação de programas/ políticas existentes		Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministérios que integram a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento	Curto	M

1B	1.17	Elaborar e monitorar a implementação da 1ª fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do bioma Caatinga - PPCaatinga	Plano publicado e monitorado anualmente	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministérios que integram a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento	Curto	Médio	Todas
1B	1.18	Elaborar e monitorar a implementação da 1ª fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do bioma Pantanal - PPPantanal	Plano publicado e monitorado anualmente	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministérios que integram a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento	Curto	Médio	Todas
1B	1.19	Elaborar e monitorar a implementação da 1ª fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do bioma Pampa - PPPampa	Plano publicado e monitorado anualmente	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministérios que integram a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento	Curto	Médio	Todas
1B	1.20	Elaborar e monitorar a implementação da 1ª fase do Plano de Prevenção e Controle do	Plano publicado e monitorado anualmente	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministérios que integram a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento	Curto	Médio	Todas
		Desmatamento e Queimadas do bioma Mata Atlântica - PPMata Atlântica							

1B	1.21	Prevenir e combater a ocorrência dos incêndios florestais, por meio da implementação da Política de Manejo Integrado do Fogo	Área atingida por incêndios florestal reduzida	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade,	Curto	Longo	2, 3, 8
						Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ministério da			
						Ciência, Tecnologia e Inovações, Ministério da Justiça e Segurança Pública e estados			




1B	1.22	Definir as metas de neutralidade da degradação da terra (LDN)	Metas definidas	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística , Observatório da	Curto	Curto	2, 3, 8, 10-A
						Caatinga, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Centro Nacional de			
						Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária			
1B	1.23	Aprimorar os critérios socioambientais para concessão de crédito rural, com vistas a desincentivar o financiamento do desmatamento	Base de dados publicada, disponibilizando informações para o Manual de Crédito Rural - MCR	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Banco	Curto	Curto	2, 10-A
						Central do Brasil, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos			
1B	1.24	Ampliar a implementação de incentivos financeiros para manutenção da floresta em pé	PSA pago, elaborar projetos de recuperação de áreas degradadas, ATER (municípios assistidos), por meio da Modalidade 1 do Floresta+ (PSA), Programa União com Municípios	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Agricultura e Pecuária	Curto	Médio	18


1B	1.25	Implementar arcabouço operacional para que a Cota de Reserva Ambiental - CRA se torne	Sistema de CRA operacional possibilitando a emissão e negociação deste ativo	Implementação de programas/ políticas existentes	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária,	Curto	Médio	23
		efetiva e seja utilizada como instrumento de valorização de áreas de remanescentes de				Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Gestão e da			
		vegetação nativa que excedem o mínimo exigido por lei				Inovação em Serviços Públicos, Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil,			
						órgãos estaduais de Meio Ambiente			



2	2.1	Implementar e monitorar o Plano Nacional de Recuperação da	Plano implementado e monitorado	Implementação de programas/ políticas existentes	Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Curto	Médio	3, 8, 11
		Vegetação Nativa -Planaveg 2025-2028, considerando o arcabouço de políticas,							
		programas e ações indutoras da recuperação da vegetação nativa no							
		território nacional, de responsabilidade tanto do poder público, em todas as esferas da							
		federação, quanto de organizações da sociedade civil e privadas							

2	2.2	Apoiar os estados na construção e implementação dos Planos Estaduais de Recuperação da vegetação nativa, conectados ao Planaveg alinhado com as EPAEBs	Planos Estaduais Implementados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, estados	Curto	Médio	
2	2.3	Definir a linha de base da meta de restauração no Brasil	Linha de base da Restauração do Brasil definida	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos	Curto	Curto	
						Recursos Naturais Renováveis, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do			
						Meio Ambiente e Mudança do Clima			
2	2.4	Definir e publicar as áreas prioritárias para a restauração no Brasil na perspectiva da conectividade, incremento e conservação da biodiversidade	Áreas Prioritárias definidas e publicadas por resolução da Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Curto	

2	2.5	Ampliar a regularização ambiental de imóveis rurais, nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de	Regularização ambiental de imóveis rurais ampliada	Implementação de programas/ políticas existentes	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Gestão	Curto	Médio	1, 3, 8, 11
---	-----	--	--	--	---	--	-------	-------	-------------

		maio de 2012, por meio do fortalecimento de capacidades da União, Estados e Municípios				e da Inovação em Serviços Públicos, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do			
		para implementação dos Programas de Regularização Ambiental - PRA e de seus				Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Instituto Nacional de Colonização e			
		instrumentos, a saber, o Cadastro Ambiental Rural - CAR, o termo de compromisso, o Projeto				Reforma Agrária, Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa, estados			
		de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADA e as CRA							
2	2.6	Implementar ações dos planos de bacias hidrográficas visando à recuperação de áreas degradadas	Número de ações implementadas	Implementação de programas/ políticas existentes	Comitês de Bacias Hidrográficas, Entidades Delegatárias com função de Agência de Água	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Curto	Longo	1, 11
2	2.7	Implementar o Programa Nacional Florestas Produtivas, instituído pelo Decreto nº 12.087, de 3 de julho de 2024	Programa implementado	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio	 9, 10

2	2.8	Implementar a meta de restauração do Programa Nacional para Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil - ProManguezal	Meta do Programa implementada	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	Curto	Médio	1, 3, 7, 8, 11
						e dos Recursos Naturais Renováveis, Ministério da Gestão e da Inovação em			
						Serviços Públicos, Estados, Sociedade Civil			
2	2.9	Fomentar soluções para a restauração dos corais brasileiros frente ao branqueamento,	Fomento a projetos para restauração de corais realizado	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Estados, Ministério da Ciência,	Curto	Longo	4, 8


		considerando a integração da gestão costeira com a gestão de				Tecnologia e Inovações, Projetos de Pesquisa de Longa Duração -PELDs,			
		bacias hidrográficas por meio da abordagem ecossistêmica				Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCTs, Academia			

2	2.10	Elaborar e implementar o Programa de Restauração da Terra Degradada da Caatinga - ReCaatingar	Programa elaborado e implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança	Curto	Longo	1-B, 8, 10-A, 11
						do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais			
						Renováveis, Observatório da Caatinga, Banco Nacional do Desenvolvimento			
2	2.11	Apoiar a construção e implementação do Programa Indígena de Restauração Ecológica --	PIRE Implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Sociedade Civil	Curto	Médio	22
		PIRE, respeitando e reproduzindo as múltiplas cosmovisões							
		e conhecimentos tradicionais							
2	2.12	Construir Planos de Restauração para demais comunidades tradicionais	Planos De Restauração de Comunidades Tradicionais elaborados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério da Igualdade Racial, Ministério	Curto	Médio	22
		(quilombolas, geraizeiros, catingueiros) conectados ao Planaveg, trazendo a legitimidade				do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Instituto Chico Mendes de			

		de domínio do território e ações a serem implementadas				Conservação da Biodiversidade, Sociedade Civil			
2	2.13	Produzir anualmente informações sobre vegetação secundária para todos os biomas	Dados publicados anualmente	Produção de conhecimento/monitoramento	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária,	Médio	Longo	13-2



		com aprimoramento contínuo da qualidade do dado, no âmbito do projeto TerraClass, de				Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística , Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério da		
		forma a incorporar a vegetação secundária no monitoramento da recuperação				Ciência, Tecnologia e Inovações, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar,		
		da vegetação nativa no Brasil				Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do		
						Clima, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Sociedade civil		

2	2.14	Recuperar a vegetação nativa no âmbito do Programa Nacional de Conversão de Pastagens	Vegetação nativa recuperada em pastagens degradadas	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério da Agricultura e Pecuária	Instituições que compõe o comitê gestor do PNCPD, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Longo	Longo	1-A, 1-B
		Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários							
		e Florestais Sustentáveis - PNCPD							
2	2.15	Fomentar e incentivar pesquisas que contribuam para a identificação e o	Mapas dos padrões espaço-temporais de degradação e resiliência de ecossistemas aquáticos e terrestres para a definição de áreas prioritárias à restauração	Produção de conhecimento/monitoramento	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Médio	Longo	3, 4, 6, 9, 11, 20, 21
		mapeamento, em escala de paisagem, dos padrões espaço-temporais de							
		degradação e resiliência de ecossistemas aquáticos e terrestres para a definição de áreas							
		prioritárias à restauração							

3	3.1	Criar e ampliar UCs federais	UCs criadas	Implementação de programas/políticas existentes	Casa Civil, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Longo	1, 4, 8, 11
3	3.2	Fomentar a criação e ampliação das UCs estaduais, municipais e Reservas Particulares do Patrimônio Natural -- RPPN	UCs apoiadas	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Estados, municípios	Curto	Longo	1, 4, 8, 11
3	3.3	Reconhecer, demarcar, ampliar (quando for o caso), desintrusar, titular e proteger de forma permanente as terras indígenas	Terras Indígenas reconhecidas e demarcadas	Gestão Territorial	Ministério dos Povos Indígenas, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Ministério da Justiça e Segurança Pública	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Polícia Federal	Curto	Médio	1, 4, 8, 9, 11, 13, 22

3	3.4	Reconhecer, ampliar (quando for o caso), desintrusar, titular e proteger de forma	Territórios tradicionais reconhecidos e titulados	Gestão Territorial	Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Polícia Federal	Curto	M
		permanente territórios de comunidades tradicionais e da agricultura familiar,			Familiar, Instituto Nacional de Colonização e Reforma			
		incluindo o estabelecimento de mecanismo jurídico para reconhecimento de			Agrária, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima			
		territórios dos povos e comunidades tradicionais, que ainda não os detenha						
3	3.5	Mapear e monitorar medidas de proteção da vegetação nativa previstas na Lei nº	Mapa de cobertura de vegetação nativa protegida por meio dos mecanismos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Produção de conhecimento/monitoramento	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, estados	Curto	M
		12.651, de 25 de maio de 2012, que inclui a validação do CAR e						

		implementação do PRA e da CRA							
--	--	-------------------------------	--	--	--	--	--	--	--

3	3.6	Identificar, sistematizar e integrar os dados de cobertura com vegetação nativa de	Base de dados identificada, sistematizada e publicada	Produção de conhecimento/monitoramento	Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Polícia Federal (Tô no Mapa)	Curto	Méd
		áreas de particular importância para a biodiversidade, funções e serviços						
		ecossistêmicos por bioma/zona costeira marinha nas Terras Indígenas, Territórios						
		Quilombolas e outros territórios tradicionais						
3	3.7	Reconhecer e apoiar a implementação dos instrumentos de gestão integrada e/ou de	Instrumentos de gestão integrada e/ou de reconhecimento internacional reconhecidos e apoiados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Estados, Municípios	Ministério dos Povos Indígenas	Curto	Méd
		reconhecimento internacional, como corredores ecológicos,						
		mosaicos de áreas protegidas e reservas da biosfera						
3	3.8	Implementar o Programa Conecta	Programa Conecta implementado	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Estados, Municípios	Curto	Méd

3	3.9	Regulamentar o processo de reconhecimento das Outras Medidas Eficazes de Conservação Baseadas em Área - OMECs	Processo de reconhecimento regulamentado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima		Curto	Médio	12
3	3.10	Elaborar, revisar e implementar os planos de manejo e instrumentos de governança e gestão participativa nas UCs	Planos de manejo elaborados ou atualizados e Conselhos Gestores elaborados/estabelecidos e em implementação	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Estados e municípios	Curto	Longo	4

3	3.11	Fomentar a elaboração e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental	Planos elaborados e em implementação	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério dos Povos Indígenas, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Ministério da	Polícia Federal, Ministério da Saúde	Curto	Mé
		de Terras Indígenas - PGTAs e dos Planos locais de gestão territorial e ambiental			Igualdade Racial, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura			
		dos Territórios Quilombolas, assim como Ampliar os Planos de Gestão Ambiental e			Familiar, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Instituto Chico			
		Territorial para demais povos e comunidades tradicionais			Mendes de Conservação da Biodiversidade,			
					Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima			
3	3.12	Apoiar a ampliação do monitoramento e da avaliação da efetividade de gestão das UCs	UCs monitoradas e com efetividade de gestão aprimorada	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Estados, Municípios, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Mé
3	3.13	Implementar o ProManguezal	Programa Implementado	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Instituto Chico	Curto	Mé
						Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente		
						e dos Recursos Naturais Renováveis, Estados, Sociedade Civil		
3	3.14	Implementar a Estratégia Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável dos Recifes de Coral - ProCoral	Estratégia implementada	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Estados, Sociedade Civil	Curto	Mé



3	3.15	Implementar a Estratégia Nacional de Conservação e Uso Sustentável das Zonas Úmidas Ramsar	Estratégia implementada	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Comitê Nacional de Zonas Úmidas, estados	Curto	Longo	1, 2, 8
4	4.1	Elaborar planos de emergências para espécies ameaçadas de extinção, no âmbito do Plano Nacional de Adaptação - Tema Biodiversidade	Planos elaborados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, academia, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Longo	8
4	4.2	Elaborar um programa nacional de refaunação, contemplando especialmente espécies polinizadoras e dispersoras de sementes	Programa elaborado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto	academia	Médio	Longo	11
					Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do				
					Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis				
4	4.3	Elaborar e atualizar periodicamente os Planos de Ação Nacionais - PANs para as espécies ameaçadas de extinção	PANs elaborados e atualizados contemplando as espécies ameaçadas de extinção	Implementação de programas/ políticas existentes	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, academia	Curto	Longo	9

4	4.4	Fomentar a criação e implementação de Planos de Ação Territoriais - PATs para espécies ameaçadas de extinção em âmbito estadual	PATs implementados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Estados, Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto
4	4.5	Criar linhas de financiamento de pesquisas científicas específicas para espécies ameaçadas de extinção	Linhas de pesquisa criadas	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto



4	4.6	Realizar avaliações do estado de conservação das espécies da fauna e flora e publicar as listas nacionais de espécies ameaçadas de extinção	Listas atualizadas e publicadas	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de	Comissão Nacional da Biodiversidade, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto
					Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas		
					Jardim Botânico do Rio de Janeiro		
4	4.7	Apoiar a elaboração de listas estaduais de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção	Projetos de fomento elaborados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico	Médio
						do Rio de Janeiro, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do	
						Meio Ambiente e Mudança do Clima	
4	4.8	Elaborar e publicar a primeira Lista Nacional de Espécies de Fungos Ameaçadas de Extinção	Lista publicada	Produção de conhecimento/monitoramento	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comissão Nacional da Biodiversidade	Curto
4	4.9	Proteger todas as espécies ameaçadas de extinção conhecidas, em	Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção atualizada e implementada	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de	Curto
		especial as de distribuição restrita, em áreas protegidas, incluindo as espécies				Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	
		migratórias, ou por meio de medidas de conservação ex situ e on farm				e dos Recursos Naturais Renováveis	

4	4.10	Ampliar o Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade - Programa Monitora nas UCs federais	Programa ampliado	Implementação de programas/ políticas existentes	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Longo	8, 9, 11
---	------	---	-------------------	--	---	---	-------	-------	----------

4	4.11	Implementar e monitorar o Programa Nacional de Conservação in situ de Recursos Genéticos	Programa implementado e em monitoramento	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Médio	Longo	3, 13
4	4.12	Implementar e monitorar o Programa Nacional de Conservação ex situ de Recursos Genéticos	Programa implementado e em monitoramento	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Médio	Longo	10-A, 17
4	4.13	Implementar e monitorar o Programa Nacional de Conservação on-farm de Recursos Genéticos	Programa implementado e em monitoramento	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Médio	Longo	4, 10-A

4	4.14	Elaborar um censo das espécies nativas da flora compreendidas em ações de preservação ex situ em Jardins Botânicos federais, estaduais, municipais e privados	Censo elaborado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio	3, 12
4	4.15	Elaborar um programa nacional de conservação ex situ da flora nativa,	Programa Nacional de Conservação ex situ da flora nativa elaborado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio	
		contemplando especialmente as espécies ameaçadas e que compreenda a							
		elaboração e publicação de normas, condutas e requisitos mínimos para							
		ações efetivas de conservação ex situ							

5	5.1	Elaborar e implementar o Plano de Ação para Prevenção e Combate aos Ilícitos contra a Fauna - PACIFauna	Instrumento Normativo e plano publicados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério da Fazenda, Casa Civil	Curto	Longo	4, 9
					Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto				
					Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade				



5	5.2	Elaborar Plano Nacional de Contingência de Desastres com Animais	Plano elaborado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional , Ministério da Justiça e Segurança Pública	Curto	Curto	11, 8
					Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto				
					Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade				

5	5.3	Fomentar e incentivar pesquisas para desenvolver mecanismos inovadores	Mecanismos de rastreabilidade inovadores (técnicas, métodos, insumos) decorrentes de estudos/pesquisas	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
		de rastreabilidade e monitoramento das espécies usadas/comercializadas				Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Serviço
		de forma legal ou ilegal, para uso em monitoramento e controle				Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança
						do Clima, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
5	5.4	Elaborar Plano de Ação Nacional de Uma Só Saúde	Plano de ação Nacional de Uma Só Saúde	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Saúde	Comitê Técnico Interinstitucional Uma Só Saúde
5	5.5	Elaborar políticas públicas para diminuir o impacto da superpopulação de cães	Programa de Manejo	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio	Ministério da Saúde
		e gatos na biodiversidade e saúde ambiental e humana de			Ambiente e dos Recursos Naturais, Instituto Chico Mendes	
		forma ética e respeitando os princípios do bem-estar animal			de Conservação da Biodiversidade, Ministério da Agricultura e Pecuária	

6	6.1	Elaborar e implementar a nova fase do Plano de Implementação da Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras	Plano elaborado e implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério da Agricultura e Pecuária, CONABIO	Curto	Longo	2, 4, 8, 11
---	-----	--	--------------------------------	---	--	--	-------	-------	-------------

6	6.2	Implementar o Programa Nacional de Alerta e Detecção Precoce e Resposta Rápida de EEI	Programa implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Ministério da Agricultura e Pecuária, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Curto	Médio	2, 4, 8, 11
6	6.3	Publicar a Lista Nacional de EEI presentes no Brasil e Lista de EEI prioritárias para alerta, detecção precoce e resposta rápida	Listas publicadas	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, CONABIO	Curto	Médio	2, 4, 8, 11
6	6.4	Elaborar e revisar os Planos Nacionais de prevenção, erradicação, controle e monitoramento de EEI	Planos existentes revisados (javali, coral-sol, mexilhão-dourado) e planos novos elaborados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio	2, 4, 8, 11


6	6.5	Financiar pesquisas para ampliar o conhecimento sobre prevenção,	Pesquisas financiadas	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, MS, Ministério da Agricultura e Pecuária,	Curto	Médio	21
		erradicação, controle e monitoramento de EEI e de pragas quarentenárias,				Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de			
		incluindo a identificação e o mapeamento das rotas de introdução e de				Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro			
		casos humanos por zoonoses e doenças vetoriais							
6	6.6	Implementar ações de prevenção, detecção precoce, erradicação e controle de EEI em UCs federais, especialmente em ilhas oceânicas	EEI identificadas e manejadas nas UCs federais	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Longo	2, 3, 4, 8, 11

6	6.7	Elaborar linha de base para identificar a taxa de introdução de EEI	Linha de base estabelecida	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Agricultura e Pecuária, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais	Curto	Médio	20
						Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Serviço Florestal			
						Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima			
6	6.8	Elaborar plano estratégico para fortalecer a vigilância agropecuária nas fronteiras e pontos de ingresso	Plano elaborado e implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Agricultura e Pecuária	Governos estaduais	Curto	Médio	10-A
7	7.1	Implementar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos - Pronara	Pronara implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Secretaria-Geral da Presidência da República	Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Saúde,	Curto	Médio	4, 10, 11
						Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Instituto Nacional de Colonização e			
						Reforma Agrária, Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica			



7	7.2	Estruturar o sistema de monitoramento de agrotóxicos em bacias hidrográficas	Sistema de monitoramento de agrotóxicos desenvolvido e implementado	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Saúde, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Anvisa, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	Curto	Médio	10A, 11
7	7.3	Propor bioindicadores que possam ajudar na avaliação e monitoramento da poluição dos corpos d'água	Bioindicadores propostos em bacias hidrográficas estratégicas	Produção de conhecimento/monitoramento	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Longo	3, 1
7	7.4	Promover a rastreabilidade de produtos agrotóxicos	Medidas de rastreabilidade promovidas	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Curto	Longo	10A

7	7.5	Regulamentar a Lei nº 15.070, de 23 de dezembro de 2024, no que se refere à produção de bioinsumos para uso próprio e local e promoção do seu uso	Decreto Publicado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Agricultura e Pecuária	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ministério da Ciência,	Curto	Curto	10A
						Tecnologia e Inovações, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Empresa			
						Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Sociedade Civil			


7	7.6	Proporcionar a identificação (por meio de inventários), coleta, tratamento e destinação	Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo implementado	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Saúde, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do	Curto	Longo	10, 16
		adequada de Poluentes Orgânicos Persistentes - POPs por meio da implementação das				Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Instituto Brasileiro do Meio			
		ações do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs				Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, indústria, academia, OEMAs, ONGs			
7	7.7	Implementar os compromissos da Convenção de Minamata (MIA) sobre Mercúrio	Ações para o cumprimento das obrigações da Convenção de Minamata (MIA) sobre Mercúrio Implementadas	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Saúde, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento, Indústria,	Curto	Longo	3, 19
						Comércio e Serviços, Ministério de Minas e Energia, Polícia Federal, PRF, Instituto Brasileiro do Meio			
						Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, indústria, academia, OEMAs, ONGs			

7	7.8	Desenvolver estratégia nacional para atingir as metas do Marco Global de Gestão de	Estratégia nacional para atingir as metas do Marco Global de Gestão de Substâncias Químicas (GFC) desenvolvida	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Saúde, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento, Indústria,	Curto	Longo	10, 16
---	-----	--	--	---	--	--	-------	-------	--------

		Substâncias Químicas (GFC) e relacionadas ao Protocolo de Montreal				Comércio e Serviços, Ministério de Minas e Energia, Polícia Federal, Instituto Brasileiro do Meio			
		para proteção da camada de ozônio				Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, indústria, academia, OEMAs, ONGs - Conasq			
7	7.9	Implementar a Estratégia Nacional Oceano sem Plástico, para prevenção e combate à poluição por plástico no oceano	Estratégia implementada	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministérios e outras instituições públicas, setor privado, academia e sociedade civil	Curto	Longo	2,8, 16
7	7.10	Prestar assessoria técnica e apoiar a discussão sobre a prevenção da poluição	PL aprovado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Congresso Nacional, ministérios e outras instituições públicas, setor privado, academia e sociedade civil	Curto	Longo	2,8, 16
		por plástico e seus impactos na							
		biodiversidade, visando à aprovação do PL nº 2524/2022							



7	7.11	Prestar assessoria técnica e apoiar as negociações do instrumento	Acordo aprovado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Congresso Nacional, ministérios e outras instituições públicas, setor privado, academia e sociedade civil	Curto	Longo	2,8, 16
		intergovernamental legalmente vinculante sobre poluição por							
		plásticos, inclusive no ambiente marinho							
8	8.1	Aprovar, implementar e monitorar a Estratégia Nacional do Plano Clima Mitigação e Adaptação	Estratégia Nacional aprovada, implementada e monitorada	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Comitê Interministerial de Mudança do Clima, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Ministérios que compõem o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Curto	Longo	1,2,3,4,
8	8.2	Implementar e monitorar o Plano Clima Adaptação - Biodiversidade	Plano Temático Biodiversidade implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Curto	Longo	1,2,3,4,

					Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de				
					Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio				
					de Janeiro, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações				
8	8.3	Implementar e monitorar o Plano Clima Adaptação - Oceano e Zona Costeira	Plano Temático Oceano e Zona Costeira implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	Curto	Longo	1, 2, 3,
						e dos Recursos Naturais Renováveis, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Instituto			
						de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Estados, Academia, Ministério da			
						Ciência, Tecnologia e Inovações, Sociedade Civil			
8	8.4	Implementar e monitorar o Plano Clima Adaptação - Recursos Hídricos	Plano Temático Recursos Hídricos implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional , Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	Curto	Longo	11

8	8.5	Implementar e monitorar o Plano Clima Mitigação - Uso da Terra e Florestas	Plano Temático Uso da Terra e Florestas implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	-	Curto	Longo
8	8.6	Implementar o sistema integrado de alerta precoce de secas e desertificação, no	Sistema implementado	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais/Instituto Nacional de Pesquisas	Curto	Médio
		âmbito da Política Nacional de Combate à Desertificação e				Espaciais, Instituto Nacional do Semiárido/Ministério da Ciência, Tecnologia e		
		Mitigação dos Efeitos da Seca				Inovações, UFCG, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade		

8	8.7	Estabelecer uma Rede Nacional de Conectividade, com mecanismos de governança, financiamento e prioridades territoriais	Rede Estabelecida	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Estados, Municípios	Curto	Longo	
---	-----	--	-------------------	---	--	--	-------	-------	--

8	8.8	Apoiar na implementação de Planos Locais/municipais de Manejo Integrado de Fogo	Planos locais/municipais apoiados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Municípios, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Estados, Sociedade Civil	Curto	Médio	3
9	9.1	Elaborar, implementar e monitorar o primeiro ciclo do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, incluindo o Plano Nacional da Sociobioeconomia	Relatório com os Resultados do Primeiro Ciclo de Implementação e Recomendações para o Segundo Ciclo realizado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Ministério da Fazenda CNBio	Curto	Médio	1B, 22, 23
9	9.2	Criar instrumentos que facilitem o acesso ao crédito nos bancos públicos e privados para	Instrumentos de acesso ao Crédito criados e ação de capacitação realizadas	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério da Saúde, CNBio, Bancos	Curto	Médio	19
		a implementação da economia da sociobiodiversidade,							
		adequados às realidades locais e considerando salvaguardas sociais, ambientais e de saúde							

9	9.3	Ampliar a compra de alimentos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade no	Toneladas de alimentos sociobiodiversos distribuídos para entidades receptoras ou órgãos compradores	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Educação	Curto	Médio	10
		âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e do Programa			Familiar, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,				
		Nacional de Alimentação Escolar - PNAE			Família e Combate à Fome, FNDE, CONAB				
9	9.4	Propor ao Congresso Projeto de Lei ou Substitutivo para uma Política Nacional de Bioeconomia	Minuta de Projeto de Lei ou Substitutivo	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, CNBio	Curto	Médio	1B, 22, 23

9	9.5	Elaborar e implementar uma Estratégia comercial nacional para a promoção,	Estratégia Nacional elaborada e implementada	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, CNBio	Curto	Médio	16
		estruturação e posicionamento dos produtos estratégicos da							
		sociobiodiversidade no mercado nacional e global							

9	9.6	Revisar, aperfeiçoar e consolidar as regras do manejo sustentável nas UCs de uso sustentável e do manejo florestal comunitário de uso múltiplo	Normativo publicado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Curto	Médio	3
9	9.7	Elaborar o Programa Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar e implementar ações coordenadas por meio do Plano Plurianual	Empreendimentos comunitários fortalecidos, realizando manejo florestal de uso múltiplo sustentável	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de	Curto	Médio	10
						Conservação da Biodiversidade, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Ministério dos			
						Povos Indígenas, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério			
						do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar			
9	9.8	Ampliar a área sob concessão florestal para a prática do manejo, da silvicultura e da restauração	Área de florestas sob concessão florestal ampliada	Implementação de programas/ políticas existentes	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Banco Nacional do Desenvolvimento, CGFLOP	Curto	Longo	1A, 2, 3, 4, 10A, 15

9	9.9	Incentivar a conservação e uso sustentável da Biodiversidade em áreas	Benefício financeiro concedido a famílias	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Nacional de Colonização e	Curto	Médio	3,9,10,18 e 20
---	-----	---	---	---------------------------------------	--	--	-------	-------	----------------

		protegidas e em territórios de povos e comunidades				Reforma Agrária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Serviço Florestal			
		tradicionais por meio do Programa de Apoio à Conservação ambiental - Bolsa Verde				Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento e			
						Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério da Fazenda, CC, Ministério			
						da Igualdade Racial, SPU/ Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos			

9	9.10	Atender famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde com Assistência Técnica	Atividades de base agroextrativista e a agroecológica incrementadas nos territórios contemplados pelo Programa Bolsa Verde	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	ANATER, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Nacional de Colonização e	Curto	Médio
		e Extensão Rural - ATER, voltada a conservação e uso dos ecossistemas e				Reforma Agrária, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança		
		o fortalecimento das organizações socioprodutivas				do Clima, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e		
						Combate à Fome, Ministério da Pesca e Aquicultura		
9	9.11	Fortalecer e ampliar a implementação dos protocolos de monitoramento de	Alvos complementares do Programa Monitora implementados	Implementação de programas/ políticas existentes	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Longo
		produtos da sociobiodiversidade						
		(parte do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade)						
9	9.12	Implementar o Programa Nacional de Fortalecimento da Sociobiodiversidade -Pró-Sociobio	Pró-Sociobio implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio

9	9.13	Recriar Grupo Gestor da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade - PGPMBio	Grupo Gestor recriado	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Planejamento e Orçamento, CONAB	Curto	Curto	10A, 10B
9	9.14	Instituir o Programa de Valorização da Sociobiodiversidade e do Extrativismo - Sociobio É Mais	Programa Sociobio É Mais instituído	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Planejamento e Orçamento, CONAB	Curto	Curto	5, 10A, 10B, 11, 19
9	9.15	Ampliar o Selo Biocombustível Social - SBS por meio da diversificação de	Três cadeias territoriais de matérias-primas da biodiversidade brasileira adicionados ao SBS e 100%	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária,	Curto	Médio	1B, 10A
		matérias-primas a partir de cadeias territoriais da biodiversidade brasileira	(cem por cento) das operações verificadas sem desmatamento ilegal por meio do CAR			Ministério de Minas e Energia, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Instituto Brasileiro do Meio			
		e promover a rastreabilidade e conformidade socioambiental				Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Nacional de			
						Pesquisas Espaciais, governos locais			

10A	10.1	Implementar o Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e	Plano ABC+ implementado	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento Agrário e	Curto	Méd
		Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, com vistas				Agricultura Familiar, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério da		
		ao Desenvolvimento Sustentável (2020-2030) - Plano ABC+				Saúde, Academia, produtores rurais, Empresas e Instituições de pesquisa		



10A	10.2	Implementar o Programa Nacional de Florestas Produtivas	Áreas degradadas em processo de recuperação produtiva beneficiando agricultores familiares e gerando alimentos saudáveis e produtos da sociobiodiversidade	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ANATER	Curto	Méd
-----	------	---	--	---	--	--	-------	-----

10 ^a	10.3	Implementar o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas	Programa implementado	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do	Curto	Médio	1, 2, 8
		de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis -				Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar,			
		Decreto nº 11.815, de 5 de dezembro de 2023				Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério da Fazenda,			
						Ministério das Relações Exteriores, Banco Central, CVM, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Empresa			
						Brasileira de Pesquisa Agropecuária , Banco Nacional do			
						Desenvolvimento e sociedade civil			
10A	10.4	Fortalecer a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO e implementar as diferentes iniciativas previstas no Planapo III (2024-2027)	Política fortalecida e implementada	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Secretaria-Geral da Presidência da República	Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, CNAPO, CIAPO	Curto	Médio	7, 9, 18

10A	10.5	Criar e estimular linhas de pesquisa junto a instituições públicas e privadas visando a	Linhas de pesquisa criadas	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	C
		desenvolver novas tecnologias produtivas que promovam a resiliência climática, a					
		conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais					

10A	10.6	Promover/implementar políticas de incentivos à manutenção ou restauração de	Política implementada	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Serviço Florestal		
		corredores de biodiversidade por meio de sistemas regenerativos de				Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico		
		produção tendo os povos e comunidades dos territórios como agentes protagonistas				Mendes de Conservação da Biodiversidade		

10A	10.7	Elaborar, publicar e implementar a taxonomia de finanças sustentáveis do setor	Práticas de produção sustentável da agricultura, pecuária, de florestas, da pesca e aquicultura	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Fazenda	Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, BACEN, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Mé
		rural brasileiro, no contexto da Plano de Transformação Ecológica, com o	implementadas por produtores rurais, a partir da definição e execução da					
		objetivo de incentivar a adoção voluntária de boas práticas de produção agropecuária	taxonomia de finanças sustentáveis					
10A	10.8	Promover o reconhecimento dos Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial - SIPAM	Secretaria-Executiva do SIPAM em funcionamento; SIPAM instituído e reconhecimentos concedidos	Planejamento/criação de novos instrumentos	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Ministério de Relações Exteriores	Curto	Lor
10A	10.9	Ampliar o atendimento de famílias agricultoras pertencentes a povos e comunidades tradicionais no Programa Fomento Rural	Famílias agricultoras de povos e comunidades tradicionais atendidas com acompanhamento social, produtivo e transferência direta de recursos financeiros não reembolsáveis	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Curto	Mé

10A	10.10	Tecnologias sociais de acesso à água instaladas na Amazônia e no Semiárido	Número de Tecnologias de acesso à água instalados na Amazônia e no Semiárido	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima		Curto	Longo	1B
-----	-------	--	--	--	--	--	-------	-------	----

10B	10.11	Reinstituir, implementar e monitorar o Programa Nacional de Estatística Pesqueira	Programa Nacional de Estatística Pesqueira reinstituído, implementado e monitorado	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério da Pesca e Aquicultura	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Academia, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	Curto	Longo	4, 5
						e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da			
						Biodiversidade, sociedade civil			
10B	10.12	Implementar e monitorar o Sistema de Rastreabilidade do Pescado	Documento de Rastreabilidade do Pescado - DRP	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ministério da Pesca e Aquicultura	Curto	Médio	4, 5
10B	10.13	Elaborar, implementar e monitorar o Plano Nacional da Pesca Artesanal	Plano Nacional da Pesca Artesanal	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Pesca e Aquicultura	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Academia, sociedade civil	Curto	Longo	4, 5, 9

10B	10.14	Elaborar, implementar e monitorar os planos de gestão de pesca	Planos de gestão da pesca	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, academia, sociedade civil	Curto	Médio	
10B	10.15	Elaborar, implementar e monitorar os planos de recuperação de espécies ameaçadas de extinção	Planos de Recuperação para espécies ameaçadas	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, academia, sociedade civil	Curto	Longo	
10B	10.16	Atualizar o Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021, com vistas a promover a participação da sociedade na gestão pesqueira	Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021 - Rede Pesca Brasil	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	-	Curto	Curto	
10B	10.17	Realizar pesquisas sobre a cartografia social, saberes e conhecimentos culturais e tradicionais da pesca artesanal	Pesquisas para levantamento dos saberes tradicionais	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Pesca e Aquicultura	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, academia, sociedade civil	Curto	Médio	

10B	10.18	Reinstituir o Programa Nacional de Observadores de Bordo para a Frota Pesqueira - Probordo para o registro de capturas incidentais e subsidiar medidas mitigadoras	Probordo reinstituído	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Pesca e Aquicultura	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, academia, setor pesqueiro, ONGs	Curto	Médio	4
10B	10.19	Implementar a Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha - Revimar prevista no XI Plano Setorial para os Recursos do Mar - PSRM	Revimar implementada	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, CIRM, Ministério da Pesca e Aquicultura	Curto	Médio	3, 4, 8
10B	10.20	Ampliar e fortalecer o monitoramento do alvo de pesca em UCs federais, por meio dos	Alvo pesca do Programa Monitora fortalecido	Implementação de programas/ políticas existentes	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade		Curto	Longo	3
		Subprogramas Marinho e Costeiro e Aquático-Continental do Programa Monitora							
10B	10.21	Elaborar, implementar e monitorar normas de ordenamento pesqueiro	Normas publicadas	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, academia, sociedade civil	Curto	Médio	4, 5




11	11.1	Definir e implementar uma Política Nacional de manutenção e recuperação de serviços	Política definida e implementada	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de	Médio	Longo	1, 2, 3, 10
		ecossistêmicos, com ênfase naqueles mais importantes e essenciais para o país				Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Ministério			
						da Integração e do Desenvolvimento Regional , Ministério da Agricultura e Pecuária			

11	11.2	Promover a revitalização de bacias hidrográficas, principalmente a recuperação de áreas	Quantidade hectares com ações de recuperação de APP hídricas e conservação do solo	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Comitês de Bacia, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	Curto	Longo	2, 10
		degradadas em Área de Preservação Permanente - APP, áreas de recarga e nascentes,							
		de acordo com áreas prioritárias estabelecidas em Planos de Recursos Hídricos,							
		com vistas a garantir a provisão de serviços ecossistêmicos							
11	11.3	Regulamentar a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA	Política regulamentada	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Curto	Longo	1, 9, 19
11	11.4	Elaborar e implementar o Programa Federal de PSA	Programa elaborado e implementado	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Fazenda	Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Curto	Longo	1A, 1B, 9, 18, 19

11	11.5	Mapear, desenvolver métricas e indicadores, monitorar e valorar a oferta, a demanda e a	Diagnóstico publicado	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística , Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto
		provisão de serviços ecossistêmicos e seus déficits por bioma/ecossistema,					
		identificando regiões críticas para a manutenção de serviços					
		ecossistêmicos mais relevantes					
11	11.6	Instituir uma Política Nacional de Conservação de Polinizadores	Política instituída	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Instituto Chico Mendes de	Curto
						Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais	

						Renováveis, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Empresa	
						Brasileira de Pesquisa Agropecuária , REBIP, ICNT-Pol	
11	11.7	Regulamentar dispositivos do SNUC (arts. 47 e 48) para garantir a sua sustentabilidade financeira e integração com outras políticas	SNUC fortalecido	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Estados, Municípios		Curto

11	11.8	Fomentar e incentivar pesquisas que contribuam com a identificação e com a	Chamadas conjuntas com Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico elaboradas; e sínteses para subsidiar políticas públicas elaboradas.	Produção de conhecimento/monitoramento	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Curto
		promoção dos serviços ecossistêmicos de provisão, regulação,					
		aspectos culturais e de suporte prestados pelas UCs					
11	11.9	Implementar práticas de conservação de água em solo, preferencialmente associados ao PSA - Programa Produtor de Água	Área beneficiada por hectare	Instrumentos econômicos e financeiros	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	CBHs, OGERHs, setores de usuários de água	Curto

11	11.10	Promover a implementação de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso	Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira consideradas prioritárias nos Planos de Recursos Hídricos implementadas	Gestão territorial	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, Comitês de Bacias Hidrográficas, Entidades Delegatárias com função de Agência de Água e Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos	Curto	Longo	8, 11
		Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira consideradas							
		importantes para a conservação dos							
		recursos hídricos nos Planos de Recursos Hídricos							

12	12.1	Promover a recuperação da vegetação nativa por meio de UCs, áreas verdes e arborização	Vegetação nativa recuperada em recortes metropolitanos	Gestão Territorial	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comitê Gestor e parceiros do Programa Cidades Verdes Resiliente, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Longo	2, 3
		urbana, em municípios de regiões metropolitana e aqueles mais vulneráveis aos							
		impactos da mudança do clima, priorizando a conectividade em recortes metropolitanos							

12	12.2	Fomentar incentivos fiscais e financeiros para a promoção de áreas	Incentivos fiscais e financeiros fomentados	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Fazenda, Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento e	Curto	Longo	19
		verdes e arborização urbana, de soluções baseadas na natureza, e				Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário			
		de agricultura urbana e periurbana em municípios brasileiros				e Agricultura Familiar, governos estaduais e municipais			
12	12.3	Implementar o Programa Cidades Verdes Resilientes	Programa Cidades Verdes Resilientes implementado	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Cidades, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Comitê Gestor e parceiros do Programa Cidades Verdes Resiliente	Curto	Longo	2,3
12	12.4	Elaborar e Implementar o Plano Nacional de Arborização Urbana - PlaNAU	PlaNAU elaborado e implementando	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comitê Gestor e parceiros do Programa Cidades Verdes Resiliente	Curto	Curto	2,3
12	12.5	Elaborar o Sistema Nacional de Áreas Verdes Urbanas	Sistema elaborado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comitê Gestor e parceiros do Programa Cidades Verdes Resiliente	Curto	Longo	3
12	12.6	Elaborar a Estratégia Nacional de Soluções baseadas na Natureza	Estratégia elaborada	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comitê Gestor e parceiros do Programa Cidades Verdes Resiliente	Curto	Longo	3



13	12.7	Apoiar unidades produtivas de agricultura urbana e tecnologias de apoio à agricultura urbana e periurbana sustentável	Unidades produtivas de agricultura urbana e periurbana apoiadas	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Longo	10A
----	------	---	---	--	--	--	-------	-------	-----

13	13.1	Implementar e monitorar, até 2030, a Legislação de Acesso e Repartição de	Deliberações do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGen	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Cgen, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Curto	Médio	22
		Benefícios, por meio da adoção, implementação e aperfeiçoamento de medidas jurídicas,							
		políticas, normativas, administrativas,							
		sistêmicas e de formação eficazes, em todos os níveis							

13	13.2	Proporcionar melhorias contínuas no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e	Melhorias implementadas no SisGen, de acordo com as sugestões da Câmara Temática do SisGen no âmbito do CGen	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Cgen, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto		
		do Conhecimento Tradicional Associado - SisGen para viabilizar o acesso adequado e							
		permitir a rastreabilidade das informações sobre							
		patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados							
13	13.3	Estabelecer protocolos comunitários bioculturais para consulta sobre acesso a	Publicação de guia com orientações de apoio para a construção de Protocolos Comunitários Bioculturais	Implementação de programas/ políticas existente	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima/ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto		Me e Lo
		repartição de benefícios, com vistas à proteção e salvaguarda dos conhecimentos							

		tradicionais associados à biodiversidade nos territórios							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

13	13.4	Promover iniciativas de formação continuada para Guardiões da Biodiversidade (povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares - PIPCTAFs) sobre Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais	Planos de formação continuada sobre Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Médio	9, 22
		indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares - PIPCTAFs) sobre Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais Associados,	Associados para o público de guardiões da biodiversidade (PIPCTAFs)						
		de forma a ampliar a participação dos PIPCTAFs nas discussões sobre o tema	implementados de forma participativa						
13	13.5	Implementar plenamente o Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios	Fundo plenamente implementado	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comitê Gestor do Fundo/CG-FNRB	Curto	Médio	22
13	13.6	Instituir a Rede Nacional de Recursos Genéticos para a Alimentação	Rede instituída	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério da Agricultura e Pecuária	Sociedade civil	Curto	Médio	4, 10A
14	14.1	Estabelecer um Programa Nacional de Valoração	Programa estabelecido	Planejamento/ criação de novos instrumentos			Médio	Médio	11
		Multidimensional da Biodiversidade, integrado a políticas							
		setoriais que fazem uso da biodiversidade e da sociobiodiversidade							

14	14.2	Elaborar e implementar Plano de Ação para ampliar e divulgar o Sistema de Contas	Plano de ação elaborado e implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Orçamento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Tribunal de Contas da União, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	Curto	Curto	11
		Econômicas Ambientais - SCEA no País, com vistas a ampliar seu uso							
		nas decisões sobre uso dos recursos naturais							




14	14.3	Implementar o Plano de Transformação Ecológica	Plano implementado	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério da Fazenda	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Banco Nacional do Desenvolvimento, Ministério	Curto	Longo	8, 15, 16, 18, 19
						da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços,			
						Ministério de Minas e Energia			
14	14.4	Regulamentar o cálculo do Produto Interno Verde - PIV previsto na Lei nº 13.493, de 17 de outubro de 2017, que estabelece o PIB Verde	PIV regulamentado	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Fazenda	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Curto	11, 18, 19

14	14.5	Fomentar a elaboração e implementação das Estratégias e Planos Estaduais de Biodiversidade - EPAEB, pelos estados, e Planos Locais, pelos municípios	EPAEBs e EPALBs elaboradas	Planejamento/ criação de novos instrumentos		Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima		CTNBIO/ABEMA, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Estados, Municípios	Curto
14	14.6	Identificar os gastos públicos com mudança do clima, gestão de riscos de desastres e biodiversidade	Gastos públicos identificados	Produção de conhecimento/monitoramento		Ministério do Planejamento e Orçamento/Secretaria de Orçamento Federal		Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Defesa Civil	Curto
15	15.1	Incluir os aspectos de biodiversidade na Resolução nº 139/2021 do BCB e da Resolução CVM nº 80/2022 (Relatórios e Formulários)	Resoluções revisadas	Implementação de programas/ políticas existentes		Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários		Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Fazenda	Curto

15	15.2	Criar mecanismos para incentivar o compromisso das empresas e financeiras	Mecanismos criados	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, setor privado	Curto	Longo	9, 14
		com a meta, como selos e certificados, concedido por um							
		Comitê/Conselho, que possibilite agregar valor aos seus produtos e operações							

15	15.3	Criar um mecanismo para validação e monitoramento efetivo do GRSAC (Relatório de	Mecanismo de validação criado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários		Curto	Curto	10A
		Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC) - para o BACEN)							
		e Resolução CVM nº 80/2022 (Formulário de Referência do CVM) para evitar, mitigar e							
		compensar o impacto sobre a biodiversidade							

15	15.4	Apoiar ações para capacitar o setor privado sobre os conceitos, critérios, mapeamento	Ações apoiadas	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério da Fazenda, setor privado	Médio	Lo
		de ferramentas e metodologias para reportar sobre suas operações, cadeias de						
		valor e carteiras de projetos com impactos e riscos sobre a biodiversidade						
15	15.5	Definir um modelo de reporte para as empresas cumprirem os itens "a", "b" e "c", a partir de parâmetros previamente definidos, inclusive com lista de boas práticas	Modelo e cartilha elaborados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, setor privado	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Curto	Mé
15	15.6	Criar uma taxonomia da biodiversidade e bioeconomia	Taxonomia elaborada	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Setor Privado	Curto	Mé
16	16.1	Elaborar metodologia para quantificar as perdas e o desperdício de alimentos	Metodologia elaborada para quantificar as perdas e o desperdício de alimentos	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, Embrapa	Curto	Lo

16	16.2	Implementação das diretrizes da Nova Cesta Básica de Alimentos nas compras públicas federais	Editais, licitações, políticas públicas e demais compras públicas alinhados ao Decreto nº 11.936, de 5 de março de 2024	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, CONSEA, Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, CONAB	Curto	Curto	9, 18, 22, 23
16	16.3	Incluir o consumo sustentável na educação escolar	Estratégia de inclusão do consumo sustentável na educação escolar criada	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério da Educação	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio	10,2, 20, 21
16	16.4	Elaborar o Plano Nacional de Incentivo às Fontes Alternativas de Proteína Vegetal	Plano Nacional de Incentivo às Fontes Alternativas de Proteína Vegetal elaborado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério da Saúde	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério	Curto	Médio	3,7,8,10, 15, 20,
						da Ciência, Tecnologia e Inovações, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços,			
						Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária , Ministério da Educação			



16	16.5	Fortalecer e estruturar os sistemas de logística reversa já implementados,	Estratégia da logística reversa fortalecida	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Curto	Médio
		especialmente o de embalagens em geral, no âmbito da Política						
		Nacional de Resíduos Sólidos e seus Planos Nacional, Estaduais e Municipais						
16	16.6	Fomentar a aquisição de infraestrutura para realização de feiras orgânicas e	Aquisição de infraestrutura e comercialização de produtos da sociobiodiversidade fomentado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária	Curto	Médio
		agroecológicas, aumentando a visibilidade dos produtos da sociobiodiversidade						

16	16.7	Promover, no âmbito da Economia Circular, campanhas para a redução do uso do plástico e descarte correto dos produtos pós-consumo	Campanhas implementadas	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Saúde	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Curto	Médio
----	------	---	-------------------------	--	---	---	-------	-------

16	16.8	Criar mecanismos e programas de capacitação e assessoria técnica para municípios,	Municípios, consórcios e órgãos ambientais apoiados	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima		Curto	Médio
		consórcios, órgãos ambientais e profissionais envolvidos no manejo de resíduos						
		sólidos urbanos sobre prevenção ao desperdício de						
		alimentos e reciclagem de resíduos orgânicos						
16	16.9	Realizar o mapeamento dos Desertos e Pântanos Alimentares (Estratégia Alimenta Cidades)	Desertos e Pântanos alimentares mapeados nas cidades com mais de trezentos mil habitantes	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Conab	Curto	Médio

17	17.1	Ampliar o financiamento público à pesquisa sobre biossegurança no país, inclusive em relação às	Financiamento público ampliado	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária, CONFAP	Médio	Médio
		variedades crioulas e parentes silvestres de espécies domesticadas,						
		bem como sobre novas biotecnologias seguras que possam beneficiar o país						

17	17.2	Instituir normas de biossegurança, com vistas a prevenir ou minimizar os riscos	Normas de biossegurança estabelecidas	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	CTNBio, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Curto	Longo	
		identificados à biodiversidade de organismos							
		geneticamente modificados da biotecnologia							
17	17.3	Ampliar pesquisas baseadas na biotecnologia e bioinovação que promovam o uso sustentável da biodiversidade	Editais de fomento lançados	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária , CONFAP	Curto	Longo	

17	17.4	Ampliar capacitação em todo o país sobre as melhores práticas em biossegurança e de avaliação de risco	Capacitações realizadas	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	CTNBio, Ministério da Agricultura e Pecuária, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária , Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Longo		20
17	17.5	Implementar o Sistema de Informações em Biossegurança - SIB	SIB implementado	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	CTNBio	Médio	Médio		9, 10, A 10 B
18	18.1	Identificar e quantificar subsídios e incentivos econômicos e fiscais diretamente prejudiciais	Subsídios e incentivos econômicos e fiscais identificados e quantificados	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Fazenda	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Tribunal de Contas da União	Curto	Curto		1, 4, 7, 9, 10 14 15
		à biodiversidade, incluindo subsídios a atividades econômicas potencialmente								
		poluidoras para o desenvolvimento regional								

18	18.2	Formular proposta para eliminar ou reformar os subsídios e incentivos econômicos e fiscais	Proposta formulada	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Fazenda	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Tribunal de Contas da União, Receita Federal, estados e municípios	Médio	Longo	14
		diretamente prejudiciais à biodiversidade com mecanismos de							
		monitoramento e penalização							
18	18.3	Identificar e criar linhas de financiamento para incentivar a conservação da biodiversidade	Linhas de financiamento identificadas e criadas	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Bancos		Médio	Longo	1, 2, 3, 9, 10, 19
18	18.4	Propor desconto ou redução na taxa de juros de crédito rural - Plano Safra para regularização	Proposta publicada	Instrumentos econômicos e financeiros	BACEN, Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima,		Curto	Curto	10
		ambiental com o intuito de facilitar a operacionalização e aumentar seu uso			Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento				
					Agrário e Agricultura Familiar, Conselho Monetário Nacional				
18	18.5	Ampliar o crédito rural para atividades sustentáveis agrícolas	Linhas de ação do RenovAgro e Pronaf que beneficiam agricultores que promovem práticas sustentáveis implementadas	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Fazenda	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Longo	10A



18	18.6	Propor a definição de critérios de biodiversidade no Programa de	Proposta publicada	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Fazenda	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Médio	Longo	14
		Recuperação Fiscal - Refis para a regularização e							
		renegociação de dívidas com a União							

18	18.7	Ampliar abrangência do Programa Bolsa Verde para beneficiar mais famílias em um número maior de áreas prioritárias, em diferentes biomas	Programa Bolsa Verde ampliado	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Instituto Chico Mendes de	Curto	Médio	3,9,10,18 e 20
						Conservação da Biodiversidade, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Serviço			
						Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima			

18	18.8	Melhorar subsídios de crédito rural para vedar financiamento para desmatadores ilegais,	Crédito vedado	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Fazenda, BACEN	Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Mé
		com incentivos para reduzir desmatamento legal e fiscalizar a						
		aplicação do crédito concedido						
19	19.1	Mapear e divulgar as principais fontes de financiamento para a biodiversidade, no âmbito da estratégia nacional de financiamento da EPANB	Levantamento realizado e disponível de forma ampla e acessível	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Fazenda, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Federação Brasileira de Bancos, Bancos de Desenvolvimento, Filantropia, ONGs, Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa	Curto	Cu
19	19.2	Direcionar 10% (dez por cento) dos recursos de multas ambientais e TACs, para a pesquisa	Recursos destinados à pesquisa, monitoramento e conservação de biodiversidade	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Fazenda, Polícia Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos	Médio	Mé
		científica, extensão e monitoramento de biodiversidade voltados ao conhecimento e à				Naturais Renováveis, Ministério Público, Estados e Associação Brasileira dos Membros do Ministério		
		conservação da biodiversidade, dando preferência às áreas diretamente afetadas.				Público do Meio Ambiente, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança		



							do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade		
--	--	--	--	--	--	--	---	--	--

19	19.3	Promover a cooperação, por meio de parcerias entre governo, bancos de desenvolvimento,	Parcerias implementadas	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Fazenda, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Parceiros internacionais, Bancos de desenvolvimento, empresas, terceiro setor	Curto	Médio
		financiadores bilaterais e setor privado, voltada a promoção de ações sobre a biodiversidade.						
19	19.4	Ampliar mecanismos de financiamento para iniciativas propostas por povos indígenas e povos e comunidades tradicionais - PIPCTs e coletivos de mulheres.	Novos mecanismos de financiamento criados com acesso simplificado para PIPCTs e por coletivos de mulheres	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério dos	Instituições Financeiras, setor privado e terceiro setor, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio
					Povos Indígenas, Ministério da Fazenda, Ministério do			
					Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Agricultura e Pecuária			
19	19.5	Ampliar a participação dos PIPCTs nos conselhos e comissões existentes para definição	Participação dos PIPCTs efetiva e ampliada	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério dos Povos Indígenas	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Fazenda	Curto	Médio
		de aplicação dos recursos mobilizados e destinados à conservação e uso						
		sustentável da sociobiodiversidade.						
19	19.6	Regulamentar o mecanismo de crédito de biodiversidade ou similar	Mecanismo regulamentado	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Fazenda	Curto	Médio
19	19.7	Regulamentar o mercado de carbono	Regulamento publicado	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Fazenda	Curto	Médio
19	19.8	Instituir e implementar o Fundo Florestas Tropicais - TFFF para Sempre	TFFF instituído e implementado	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores, Banco Nacional do Desenvolvimento	Curto	Médio
19	19.9	Criar e implementar o Programa de PSA da sociobiodiversidade	PSA da sociobiodiversidade criado e implementado	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Curto	Médio

19	19.10	Criar leilões do Eco Invest voltados à biodiversidade	Leilões anunciados	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima		Curto	M
20	20.1	Investir no fortalecimento de centros de pesquisa, museus, jardins botânicos e demais instituições que armazenam coleções biológicas científicas	Centro de Pesquisas, museus, jardins botânicos com coleções biológicas científicas fortalecidos e com investimento	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Ministério do Meio Ambiente e Mudança	Universidades, Jardins Botânicos, centros de pesquisa, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Médio	L
					do Clima, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro			
20	20.2	Fomentar iniciativas de capacitação para elaboração e execução de programas e projetos	Programa e projetos ampliados e financiados	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Escola Nacional de	PIPCTFAs, ONGs, Academia, setor privado.	Curto	M
		de cooperação com objetivo de aprimorar o acesso a mecanismos de			Administração Pública, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do			
		financiamento de apoio à conservação de biodiversidade			Meio Ambiente e Mudança do Clima			

20	20.3	Ampliar programas, projetos, atividades de cooperação científica, técnica e de promoção dos conhecimentos e saberes tradicionais	Programas, projetos e atividades de cooperação implementados e fortalecidos	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	PIPCTFAs, ONGs, Academia, setor privado, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Cu
20	20.4	Realizar Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e capacitação de extensionistas e agentes	ATER e capacitações realizadas	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Embrapa Amazônia Oriental, Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	Cu
		locais na Amazônia Oriental sobre plantio de nativas, sistemas agroflorestais,					
		recuperação de vegetação nativa, acesso a crédito rural, pesquisa					
		e inovação, no âmbito do Programa Florestas Produtivas					

20	20.5	Realizar assessoria e ATER para promover a agricultura regenerativa	Projetos selecionados, assessorias e ATER realizadas	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Caixa Econômica Federal	Mé
----	------	---	--	--	--	-------------------------	----

21	21.1	Criar uma Política e um Programa Nacional de Dados e Informações da Biodiversidade,	Política e Programa Nacional de Dados e Informações sobre a Biodiversidade, alinhados aos princípios F.A.I.R. e C.A.R.E	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Ministério do Meio Ambiente e Mudança	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de	Curto	Médio	4
		estabelecendo e atualizando diretrizes para integração dos bancos de dados de			do Clima, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Conservação da Biodiversidade, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do			
		biodiversidade, alinhado aos princípios F.A.I.R. e C.A.R.E.				Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Gestão e da Inovação em			
						Serviços Públicos, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de			
						Pesquisa Econômica Aplicada, Ministério dos Povos Indígenas			



21	21.2	Instituir uma Plataforma de Integração de Dados de Biodiversidade, no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama	Plataforma Nacional de Biodiversidade instituída	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro,	Curto	Médic
						Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Serviço Florestal		
						Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da		
						Biodiversidade, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Instituto Brasileiro de Geografia e		
						Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ministério dos		
						Povos Indígenas, Ministério da Saúde, Comissão Tripartite		

21	21.3	Consolidar uma Plataforma de Dados sobre Territórios Tradicionais, a partir da	Plataforma de Dados sobre Territórios Tradicionais criada da	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Igualdade Racial	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Meio Ambiente
		Plataforma de Territórios Tradicionais estabelecida pelo Ministério Público Federal, garantindo o				
		registro e manutenção de saberes tradicionais em plataforma única e pública, incluindo: i)				Ambiente e Mudança do Clima, Polícia Federal, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, RN
		banco de memórias com vídeos, fotos e relatos de mestres de saberes e de				
		anciãos dos PCTs; e ii) mapeamento dos territórios com sobreposição a dados de				Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional dos Povos Indígenas,
		biodiversidade, Unidades de Conservação e Conhecimentos				
		Tradicionais Associados - CTA; fomentando a coprodução e a cogestão				Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico
		de dados da biodiversidade em territórios PI e PCTs				do Rio de Janeiro, sociedade civil, academia, Comissão Tripartite
21	21.4	Fortalecer a comunicação, conscientização e educação a partir dos dados sobre a biodiversidade	Estratégia de comunicação da EPANB elaborada e implementada	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Demais ministérios que contribuem para a EPANB, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
						Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto de
						Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Serviço Florestal
						Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
21	21.5	Implementar o monitoramento dos indicadores da EPANB a partir dos dados da biodiversidade	Estratégia de monitoramento da EPANB elaborada e implementada	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
21	21.6	Prestar suporte técnico para o uso e a publicação de dados e metadados no Sistema	Dados e conjuntos de dados alinhados aos princípios F.A.I.R. ou C.A.R.E., publicados e atualizados no SiBBr	Produção de conhecimento/monitoramento	SiBBr/RNP, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Jardim Botânico do Rio de Janeiro,

		de informação sobre a biodiversidade brasileira - SiBBr, Ocean Biodiversity Information				Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de
		System - OBIS e Global Biodiversity Information Facility - GBIF para pesquisadores, gestores				Conservação da Biodiversidade, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do
		e o público em geral, garantindo acesso a ferramentas e infraestrutura				Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ,
						Ministério dos Povos Indígenas, academia
21	21.7	Implementar boas práticas para a publicação, governança e uso de metadados	Dados interoperáveis e sistemas integrados	Produção de conhecimento/monitoramento	SiBBr/RNP, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
		para dados de biodiversidade e sociobiodiversidade, assegurando a				Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Serviço
		interoperabilidade e integração entre sistemas				Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro de
						de Geografia e Estatística , Ministério dos Povos Indígenas, academia
21	21.8	Promover iniciativas capacitação e transferência de tecnologia sobre o uso sustentável da biodiversidade para a agricultura	Cursos e eventos técnico-científicos realizados	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Academia, setor privado
21	21.9	Disponibilizar as listas taxonômicas oficiais correspondentes ao Catálogo da Vida do	Listas disponibilizadas	Produção de conhecimento/monitoramento	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, academia
		Brasil, tendo como base a inclusão da Flora e Funga do Brasil, o Catálogo Taxonômico da				
		Fauna Brasileira, a Lista de Microrganismos do Brasil e a Lista de Fósseis do Brasil				

21	21.10	Fortalecer e ampliar a implementação do Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e a Agroecologia - PNPIAF	Ações de pesquisa e inovação voltadas para a agricultura familiar, com ênfase na transição agroecológica dos Sistemas Agroalimentares implementadas	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
21	21.11	Instituir o Sistema Nacional sobre Informações de Biodiversidade Agrícola	Sistema instituído	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
22	22.1	Demarcar as terras indígenas e garantir o acesso, uso, posse e domínio sobre estas	Terras indígenas demarcadas	Gestão Territorial	Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Justiça e Segurança Pública	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
22	22.2	Demarcar os territórios e territórios dos povos e comunidades tradicionais, e garantir o acesso, uso, posse e domínio sobre estes	Territórios e territórios demarcados	Gestão Territorial	Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e
						Agricultura Familiar, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Meio Ambiente e Mudança
						do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério da
						Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
22	22.3	Fomentar ações de mapeamento e proteção dos territórios de povos	Territórios de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério dos Povos Indígenas,	Polícia Federal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
		indígenas, povos e comunidades tradicionais e da	mapeados e protegidos e territórios da agricultura familiar e camponesa nas		Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura	
		agricultura familiar e camponesa nas áreas urbana e periurbana	áreas urbana e periurbana protegidos		Familiar, Ministério da Igualdade Racial	
22	22.4	Implementar os Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA, no âmbito da PNGATI	PGTA implementados	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério dos Povos Indígenas	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

22	22.5	Elaborar e implementar o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT	Plano elaborado com ações implementadas e/ou em andamento	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais
22	22.6	Realizar ações de formação de PIPCTAFs em biodiversidade e para atuação na Convenção sobre Diversidade Biológica	Ações realizadas	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério das Relações Exteriores	Universidade de Brasília, Ministério da Igualdade Racial
22	22.7	Ampliar a representatividade de PIPCTAFs nas ações e projetos da política	Representatividade ampliada	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério da Cultura	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
		nacional de preservação do patrimônio cultural brasileiro, incluindo ações para (1)				
		reconhecer, apoiar, divulgar e fomentar instrumentos de salvaguarda e de				
		preservação de territórios e territórios criados e mantidos pelos PIPCTAFs que				
		contribuam para o alcance dos objetivos da CDB (constituindo em seus bancos de dados				
		um observatório de gênero); e (2) promover e ampliar diálogos				
		intersectoriais junto a órgãos que desenvolvem políticas de garantia e				
		defesa de direitos culturais e territoriais dos PIPCTAFs				
23	23.1	Ampliar a inclusão de equidade de gênero em editais de financiamento à pesquisa sobre	Editais publicados	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
		sociobiodiversidade e em processos seletivos, como editais e				
		concursos, e de processos seletivos para a pós-graduação				

23	23.2	Promover formações e capacitações sobre equidade de gênero nos espaços de formação, participação e decisão	Formações e qualificações promovidas	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial	Todos os ministérios, Universidades
23	23.3	Fomentar a participação equitativa de gênero nas atividades sociais e financeiras da sociobiodiversidade	Incentivos fiscais e financeiros e acesso à educação garantidos	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério das Mulheres	Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
23	23.4	Promover a equidade de gênero nos espaços de tomada de decisão sobre a sociobiodiversidade	Colegiados com equidade de gênero	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comitê do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, Câmara Setorial das Guardiãs e Guardiões da
						Biodiversidade, Cgen, Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais,
						Comissão Nacional da Biodiversidade
23	23.5	Elaborar o Plano de Gênero da EPANB, com base no Plano de Gênero da CDB	Plano elaborado	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do
						Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério dos Direitos
						Humanos e da Cidadania, Colegiados, sociedade civil
23	23.6	Fortalecer organizações de PIPCTAF, lideradas por mulheres e populações LGBTQIAPN+	Organizações fortalecidas	Implementação de programas/ políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério dos Povos Indígenas,	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, REDES DE MULHERES
		que atuam com cadeias produtivas da sociobiodiversidade,			Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da	
		respeitando a autoidentificação étnico-racial			Igualdade Racial, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações,	
					Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	